

CARTA ABERTA

CNS convoca população brasileira para construção de um 2021 com mais Saúde e Proteção

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), enquanto órgão responsável pelo controle social no Sistema Único de Saúde (SUS), em virtude do cenário de pandemia, devido ao Novo Coronavírus (Covid-19), vem produzindo uma série de documentos para órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, conselhos estaduais e municipais de saúde e para a população em geral. O objetivo é zelar pela Seguridade Social no nosso país e pela vida das pessoas, propondo encaminhamentos e medidas que podem atenuar o cenário que estamos enfrentando no país.

Neste momento em que o Brasil vive uma nova aceleração, tanto dos casos de Covid-19, quanto da perda de vidas decorrentes da doença, sem nunca ter tido uma queda expressiva desses dados, o CNS vem dialogar com a sociedade brasileira sobre a importância da manutenção das medidas preventivas para conter a transmissibilidade do vírus e sobre o papel do Estado Brasileiro na potencialização de medidas que visam conter a crise sanitária, social e econômica que vivemos.

A atual situação da pandemia no país demonstra que muitas pessoas ainda vão contrair a doença. Consequentemente, haverá um aumento ainda maior no número de internações, num momento de iminência de colapso do sistema de saúde, seguido pelo aumento do número de óbitos.

A imunização da população, por meio da história natural da doença, sem a intervenção de medidas de diminuição da transmissibilidade leva a um aumento expressivo do número de óbitos, tanto relacionados à Covid-19, quanto a outros agravos de saúde.

O sofrimento cotidiano ao qual a população está submetida, causado pela perda de vidas e pelas precárias condições socioeconômicas decorrentes da pandemia, pode ser amenizado, e até evitado, com a intervenção ativa das pessoas e do poder público.

Estudos identificam determinadas condições ou comorbidades que elevam o risco para o desenvolvimento de formas graves da doença e para o óbito decorrente da Covid-19, tais como: idade superior a 60 anos; diabetes mellitus; doença pulmonar obstrutiva crônica; doença renal; doenças cardiovasculares e cerebrovasculares; hipertensão;

indivíduos transplantados de órgãos sólidos; anemia falciforme; câncer; obesidade grave (IMC \geq 40);

Para além das condições clínicas, os impactos da pandemia não são iguais para todas as pessoas e grupos sociais na sociedade brasileira. Existe uma parcela significativa da população na qual este impacto é mais agressivo: a) populações submetidas à vulnerabilidade socioeconômica - condições precárias de moradia; falta de acesso à água e saneamento básico; falta de acesso ou acesso precário ao sistema de saúde e a leitos de tratamento intensivo; b) populações que têm suas formas de organização política, social e de sobrevivência peculiares - quilombolas, indígenas (aldeados, urbanos e acampados), ribeirinhas; população dos campos, águas e florestas, povos ciganos e população em situação de rua; c) pessoas com deficiência; d) pessoas privadas de liberdade; e) jovens em medidas socioeducativas; f) pessoas inseridas em comunidades terapêuticas; g) pessoas em atendimento nos espaços de saúde mental; h) população em situação de rua.

Embora a faixa etária com maior incidência de óbitos seja a que está acima dos 60, o país tem observado um aumento no número de casos na população mais jovem, de até 29 anos. Estudos apontam que esta situação não decorre somente das comorbidades e características individuais, mas deve-se também pela maior exposição desses jovens, ou pela necessidade de trabalhar ou porque estão se aglomerando em festas, encontros e esportes coletivos.

Segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, que somam pacientes das redes pública e privada na cidade, o número de crianças de até 14 anos com Covid-19 que precisaram ser internadas na capital paulista cresceu 85% em um mês. Se em outubro de 2020 foram 35 hospitalizadas com síndrome respiratória aguda grave (SRAG) causada pelo coronavírus, em novembro do mesmo ano a quantidade subiu para 65.

A comunidade científica e profissionais da saúde apontam que a imunização, por meio da administração de vacina a uma parcela expressiva da população, é a melhor intervenção para conferir a proteção necessária com possibilidades de alcançar a endemicidade ou a interrupção da circulação do SARS-coV-2 no território nacional. Porém, considerando toda a complexidade que envolve o processo, a imunização tão aguardada não se materializará a curto prazo.

Por mais importante e fundamental que seja a ampliação do número de leitos hospitalares para o tratamento e socorro aos casos graves da doença, focar as ações

exclusivamente nessa estratégia tem uma limitação inevitável se as medidas de prevenção para a diminuição da transmissibilidade não forem efetivas e articuladas nas dimensões clínicas, sociais e econômicas.

Importância da manutenção das medidas preventivas por parte da população

As medidas preventivas devem ser incorporadas no cotidiano da população brasileira e ter um caráter de responsabilidade não só individual, mas, sobretudo, social e coletiva.

A população deve sim cumprir a sua parte em relação às medidas preventivas para a diminuição da transmissibilidade do vírus que estão ao seu alcance:

- Usar máscaras de proteção individual em todos os ambientes públicos – “Eu te protejo e você me protege”;
- Não participar de atividades de aglomerações que possam ser adiadas (festas, encontros, baladas, shows, esportes coletivos);
- Manter distanciamento social de, pelo menos, dois metros, quando encontrar outras pessoas;
- Higienizar as mãos frequentemente por meio da lavagem com água e sabão ou com o uso de álcool gel a 70%.

O Papel do Estado Brasileiro

A população brasileira tem o direito, e deve cobrar, que o Estado Brasileiro assuma o seu papel constitucional de coordenação de medidas e ações de controle a pandemia e que garantam a proteção social das pessoas, tais como:

- Fortalecimento do sistema de proteção social com a manutenção do auxílio emergencial e atenção às populações em situação de vulnerabilização por condições físicas, mentais, psicossociais, socioculturais e econômicas;
- Respeito e incorporação de dados gerados pela ciência e pelos saberes populares e sociais (produzidos nos territórios pelas comunidades, povos tradicionais, indígenas) para a definição das medidas preventivas;

- Investimento na atenção básica à saúde (Estratégia de saúde da Família, Vigilância em Saúde e redes de Atenção) para que seja a principal estratégia de suporte para a população nos territórios - tanto nas medidas preventivas quanto na identificação de infectados - monitoramento e isolamento de contatos, de forma articulada com o provimento de condições socioeconômicas para esse isolamento;
- Garantia de leitos hospitalares, devidamente equipados e com profissionais suficientes e capacitados para atuarem, principalmente nas UTIs, para o atendimento digno aos pacientes de Covid-19;
- Implementação de um plano nacional estratégico de imunização contra a Covid-19 que garanta vacina para todos e todas e contemple um diálogo aberto sobre o caráter obrigatório e solidário da vacinação;
- Campanhas educativas que estimule, engaje e incentive as pessoas quanto as medidas sanitárias;
- Mais recursos financeiros para o SUS em 2021.

Brasília, 22 de dezembro de 2020

Conselho Nacional de Saúde